

A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL IMPERIAL A PARTIR DOS ALMANAKS DO AMIGO DOS SURDOS MUDOS (1888-1889)

Catharine Prata Seixas¹
Alice Vasconcelos Menezes²

Resumo: Este artigo apresenta uma pesquisa histórica sobre a educação de surdos no Brasil imperial, tendo como fontes centrais os *Almanaks do Amigo dos Surdos Mudos*, publicados nos anos de 1888 e 1889. Estes documentos foram elaborados pelo então Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos, e constituem uma valiosa expressão das práticas, discursos e intenções pedagógicas direcionadas à população surda no final do século XIX. A pesquisa tem como objetivo geral analisar, à luz da História Cultural, as práticas pedagógicas, concepções educacionais, estratégias institucionais e discursivas presentes nos “Almanaks do Amigo dos Surdos Mudos (1888–1889)”. A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos da História Cultural, conforme Roger Chartier, e dialoga com autores como Rocha (2013) e Souza (2008, 2013), buscando compreender esses almanaques que funcionavam como dispositivos de intervenção educacional, cultural e política. Ao analisar a materialidade, os conteúdos e os objetivos comunicacionais dessas publicações, a pesquisa visa descortinar as disputas entre os métodos oralista e gestualista, bem como as estratégias institucionais de propaganda, sensibilização e prestação de contas utilizadas pelo Instituto. A análise evidenciou as tensões entre os dois métodos citados e as estratégias do Instituto para consolidar um projeto educacional voltado à normalização da surdez. Conclui-se que os almanaques representam não apenas registros institucionais, mas instrumentos de visibilidade e controle social, cuja compreensão contribui para a valorização da memória da Educação Especial no Brasil.

Palavras-chave: Educação dos Surdos; História da Educação; Brasil Império; Método Oral.

DEAF EDUCATION IN IMPERIAL BRAZIL BASED ON THE ALMANACHS OF THE FRIEND OF THE DEAF-MUTE (1888-1889)

Abstract: This article presents historical research on deaf education in imperial Brazil, using as its central source the *Almanacs of the Friend of the Deaf-Mute*, published in 1888 and 1889. These documents were produced by the then Imperial Institute of the Deaf-Mute, now the National Institute of Deaf Education, and constitute a valuable expression of the practices, discourses, and pedagogical intentions directed at the deaf population in the late 19th century. The research's general objective is to analyze, in light of cultural history, the pedagogical practices, educational concepts, and institutional and discursive strategies present in the Almanacs of the Friend of the Deaf-Mute (1888–1889). To this end, a qualitative, historical, and documentary approach was adopted, focusing on the analysis of the almanacs as cultural artifacts. The research is based on the assumptions of Cultural History, according to Roger Chartier, and engages with authors such as Rocha (2013) and Souza (2008, 2013), seeking to understand how these almanacs functioned as devices for educational, cultural, and political intervention. By analyzing the materiality, content, and communicational objectives of these

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professora Adjunta na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Líder do grupo Memória, História e Práticas da Educação Especial – MHPEE da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: catharineseixas@ufrj.br.

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membro do grupo Memória, História e Práticas da Educação Especial – MHPEE da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: alicemenezes@ufrj.br.

publications, the research aims to uncover the disputes between oralist and gestural methods, as well as the institutional strategies of propaganda, awareness, and accountability used by the Institute. The analysis highlighted the tensions between oralist and gestural methods, as well as the Institute's strategies for consolidating an educational project focused on the normalization of deafness. It concludes that the almanacs represent not only institutional records, but also instruments of visibility and social control, whose understanding contributes to the valorization of the memory of Special Education in Brazil.

Keywords: Education of the Deaf; History of Education; Imperial Brazil; Oral Method.

LA EDUCACIÓN DE LOS SORDOS EN BRASIL IMPERIAL BASADA EN LOS ALMANAQUES DEL AMIGO DEL SORDOMUDO (1888-1889)

Resumen: Este artículo presenta una investigación histórica sobre la educación de las personas sordas en Brasil imperial, utilizando como fuente central los *Almanaques del Amigo de los Sordomudos*, publicados en 1888 y 1889. Estos documentos fueron producidos por el entonces Instituto Imperial de los Sordomudos, hoy Instituto Nacional de Educación de Sordos, y constituyen una valiosa expresión de las prácticas, discursos e intenciones pedagógicas dirigidas a la población sorda a finales del siglo XIX. El objetivo general de la investigación es analizar, a la luz de la historia cultural, las prácticas pedagógicas, los conceptos educativos y las estrategias institucionales y discursivas presentes en los *Almanaques del Amigo de los Sordomudos* (1888-1889). La investigación se fundamenta en los presupuestos de la Historia Cultural, según Roger Chartier, y dialoga con autores como Rocha (2013) y Souza (2008, 2013), buscando comprender cómo estos almanaques funcionaban como dispositivos de intervención educativa, cultural y política. Al analizar la materialidad, el contenido y los objetivos comunicacionales de estas publicaciones, la investigación busca revelar las disputas entre los métodos oralista y gestualista, así como las estrategias institucionales de propaganda, sensibilización y rendición de cuentas utilizadas por el Instituto. El análisis destacó las tensiones entre los métodos oralista y gestualista, así como las estrategias del Instituto para consolidar un proyecto educativo centrado en la normalización de la sordera. Se concluye que los almanaques representan no solo registros institucionales, sino también instrumentos de visibilidad y control social, cuya comprensión contribuye a la valorización de la memoria de la Educación Especial en Brasil.

Palabras-clave: Educación de sordos; Historia de la Educación; Brasil Imperial; Método Oral.

Introdução

A trajetória da Educação de Surdos no Brasil é marcada por uma série de embates epistemológicos, institucionais e políticos que perpassam diferentes períodos históricos. No contexto do século XIX, especificamente durante o Império, observa-se um esforço por parte do Estado e de setores médicos e educacionais em constituir modelos de ensino voltados à população surda. Dessa forma, estes modelos refletiam as concepções científicas, filosóficas e pedagógicas da época, atravessadas por ideais de normalização, utilitarismo social e disciplinamento dos corpos considerados “desviantes”.

Dentro deste cenário, destacam-se os “Almanaks do Amigo dos Surdos Mudos”,

publicados nos anos de 1888 e 1889, como documentos que materializam discursos e práticas voltadas à educação de surdos e que se configuram como objetos privilegiados para análise histórico-cultural. Essas publicações, concebidas pelo Instituto Imperial dos Surdos-Mudos³, além de sua função informativa e pedagógica, assumem um papel de visibilidade pública, funcionando como instrumentos de divulgação institucional, propaganda governamental e sensibilização da sociedade sobre a importância da educação para surdos.

A produção desses almanaques revela uma tentativa de consolidar e legitimar um modelo educacional específico, notadamente oralista, alinhado às diretrizes internacionais que ganharam força após o Congresso de Milão (1880), o qual oficializou o método oral em detrimento da língua de sinais. Essas fontes revelam as tensões entre diferentes correntes pedagógicas e os limites enfrentados pelas instituições brasileiras para implementar tais modelos.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar, à luz da História Cultural, as práticas pedagógicas, concepções educacionais e estratégias institucionais e discursivas presentes nos “Almanaks do Amigo dos Surdos Mudos (1888–1889)”. Ao adotar como eixo analítico a História Cultural, segundo os aportes teóricos de Roger Chartier, propõe-se compreender os almanaques como artefatos textuais e simbólicos que exprimem práticas de leitura, produção e circulação de saberes educacionais sobre a surdez.

Este estudo, portanto, insere-se no campo da História da Educação, propondo-se a resgatar e valorizar a memória pedagógica da Educação de Surdos, dando visibilidade a documentos muitas vezes negligenciados nos estudos historiográficos.

Em meio a um contexto político de transição, marcado pela abolição da escravidão (1888) e pela Proclamação da República (1889), a análise dos *Almanaks do Amigo dos Surdos Mudos* permite apreender não apenas os métodos de ensino adotados, mas também as representações sociais da surdez, os mecanismos de inclusão e exclusão e as estratégias de legitimação do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos como agente da educação nacional.

Dentre os diversos registros documentais do século XIX, os “Almanaks do Amigo dos Surdos Mudos”, publicados em 1888 e 1889, destacam-se como fontes riquíssimas para a

³ Foi na gestão de Ana Rímoli (1957) que o Instituto mudou de nome e passou a chamar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos. O termo surdo-mudo foi utilizado até meados da década de 50/60 do século XX.

análise historiográfica. Essas publicações, não apenas registravam informações sobre o funcionamento da instituição e seus métodos pedagógicos, nesse sentido, constituíam uma tentativa de mobilizar a opinião pública, sensibilizar o poder estatal e angariar apoio à causa da educação de surdos.

Tratava-se, portanto, de documentos que transitavam entre o campo pedagógico, político e simbólico, expressando as concepções de surdez, de sujeito educável e de cidadania vigentes na segunda metade do século XIX. A contextualização histórica dessa investigação se insere num momento de transição política e social decisivo na história do Brasil. Os anos de 1888 e 1889, marcos temporais escolhidos como foco deste estudo, coincidem com dois eventos fundamentais: a abolição da escravidão, com a promulgação da Lei Áurea; e a queda da monarquia, seguida da instauração do regime republicano. Esses acontecimentos geraram instabilidades institucionais, tensões ideológicas e um desejo de reconfiguração do papel do Estado frente às questões educacionais, sanitárias e sociais.

Nesse cenário, o discurso da normalização de corpos e da regeneração moral dos sujeitos “anormais” – como eram vistos os surdos – ganhava cada vez mais força, sendo incorporado às práticas escolares por meio do método oralista e da valorização da fala como atributo civilizatório.

A análise se concentrará nas seções dos almanaques que tratam de práticas de ensino, métodos de oralização, relatórios administrativos, homenagens a figuras públicas, oficinas profissionalizantes e estratégias discursivas de legitimação institucional. Ao recortar este período e essas fontes específicas, busca-se lançar luz sobre a forma como a educação de surdos era concebida e praticada no Brasil Imperial, bem como sobre os dispositivos textuais e simbólicos utilizados para constituir um saber pedagógico específico sobre a surdez. Assim, a pesquisa pretende não apenas contribuir para o enriquecimento do campo da História da Educação, por consequência, tem como intuito fomentar reflexões críticas sobre os legados históricos que ainda influenciam os debates atuais sobre educação inclusiva, políticas linguísticas e direitos das pessoas surdas.

Ao longo do século XIX, o Brasil vivenciou intensas transformações políticas, sociais e culturais, que influenciaram diretamente as formas de conceber a educação, em especial aquela destinada às pessoas com deficiência. No campo da educação de surdos, essas

transformações se manifestaram em embates metodológicos e ideológicos sobre os melhores caminhos para sua instrução e integração social.

Nesse contexto, emergem os “Almanaks do Amigo dos Surdos Mudos (1888-1889)”, produzidos pelo Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, como artefatos pedagógicos e institucionais que buscaram legitimar práticas educacionais voltadas à população surda. Essas publicações, ao mesmo tempo em que registravam as metodologias adotadas e os resultados obtidos pelo Instituto, também atuavam como instrumentos de convencimento público e de mobilização social em defesa da educação de surdos.

Diante disso, formula-se o seguinte problema central de pesquisa: de que forma os “Almanaks do Amigo dos Surdos Mudos” expressam as concepções pedagógicas, os discursos institucionais e as estratégias de inclusão dos surdos no Brasil imperial, em meio às disputas entre o oralismo e a língua de sinais e à consolidação de um modelo de educação inspirado em padrões europeus? Essa indagação busca orientar uma análise crítica das práticas educacionais destinadas aos surdos no final do século XIX, compreendendo os almanaques como documentos que revelam tanto os limites quanto às possibilidades de construção de uma pedagogia voltada à diversidade naquele contexto histórico. Ao problematizar os conteúdos, as intenções e os efeitos dessas publicações, pretende-se compreender como a educação de surdos foi discursivamente construída como um campo especializado de saber, tensionado por interesses científicos, institucionais e políticos.

Diante dessa problemática, esta pesquisa propõe, analisar as práticas pedagógicas, concepções educacionais, estratégias institucionais e discursivas presentes nos “Almanaks do Amigo dos Surdos Mudos (1888–1889)”, compreendendo como esses impressos colaboraram para consolidar uma política educacional voltada à população surda no Brasil imperial. Para tanto, a investigação percorre, entre outros aspectos, as práticas de ensino e os métodos de oralização relatados nos documentos, os relatos administrativos e as homenagens a figuras públicas, o papel do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos na produção e circulação dos almanaques, as influências europeias, bem como o uso dos almanaques como instrumentos de propaganda, sensibilização pública e legitimação institucional.

Além disso, esta pesquisa busca analisar de modo mais específico os seguintes itens: (i) identificar as práticas de ensino, os métodos de oralização, os relatórios administrativos, as

homenagens e as oficinas profissionalizantes presentes nos almanaques; (ii) compreender o papel do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos na produção e circulação dessas publicações; (iii) analisar as influências europeias e as disputas entre o oralismo e a língua de sinais evidenciadas nos textos; e (iv) investigar o uso dos almanaques como estratégia de propaganda, sensibilização pública e legitimação institucional.

A presente investigação justifica-se, em primeiro lugar, pela escassez de estudos acadêmicos que abordem de forma sistemática e aprofundada os “Almanaks do Amigo do Surdos Mudos” como fontes históricas relevantes para a compreensão da educação de surdos no Brasil imperial. Embora existam importantes contribuições sobre a história da educação de surdos no Brasil, como os trabalhos de Rocha (2013) *Visitando o Acervo do INES, Almanak do Amigo dos Surdos Mudos*. Observa-se que os “Almanaks do Amigo dos Surdos Mudos (1888–1889)” foram investigados como objeto de uma análise sistemática e aprofundada em poucas pesquisas acadêmicas. Rocha (2013), em suas pesquisas, concentra-se na trajetória do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos e nos discursos institucionais que marcaram a constituição da educação especial no século XIX. Souza (2008, 2013), por sua vez, investiga a atuação de figuras como Tobias Rabelo Leite e as disputas metodológicas entre o oralismo e a língua de sinais, analisando os embates epistemológicos e políticos da época. Neia (2017) em sua dissertação de mestrado *Da realização do Congresso de Milão à publicação do Almanak dos Amigos dos Surdos* apresentou e interpretou o almanak do amigo dos surdos-mudos.

Nesse sentido, o trabalho oferece contribuições não apenas ao campo da História da Educação, mas também aos estudos da Educação Especial e da Educação de Surdos. Por fim, a escolha por abordar uma fonte pouco conhecida, como os almanaques de 1888 e 1889, confere à pesquisa um caráter original e exploratório, contribuindo para a ampliação do acervo de fontes analisadas no campo da pedagogia histórica. Assim, o estudo assume o compromisso ético e político de valorizar a memória e a experiência dos sujeitos historicamente excluídos, inscrevendo a história da surdez em uma narrativa educacional mais ampla, plural e crítica.

Metodologia

A metodologia adotada nesta pesquisa está ancorada no campo da História Cultural. O trabalho parte da análise dos “Almanaks do Amigo dos Surdos Mudos”, publicados nos anos

1888 e 1889, os quais serão tratados como fontes e analisados como objetos culturais e pedagógicos.

Esta abordagem considera não só apenas o conteúdo dos documentos, mas sua materialidade, ou seja, as dimensões físicas, gráficas, editoriais e simbólicas que compõem sua estrutura enquanto objeto de circulação e consumo. Os “Almanaks” analisados foram localizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e apresentam características materiais que os assemelham a manuais de propaganda institucional: são impressos ilustrados, com linguagem formal e estrutura organizacional dividida em seções. Ao considerá-los documentos históricos, adota-se a perspectiva da análise documental, entendida como o processo de investigação e interpretação de fontes escritas, com o objetivo de reconstruir práticas, representações e discursos de determinado período histórico.

A análise documental permite desvelar não apenas os conteúdos explícitos veiculados pelos almanaques, como também os silêncios, as escolhas editoriais e os sentidos implícitos. Além disso, fundamenta-se a análise histórica que, neste contexto, consiste em compreender os processos educativos a partir da articulação entre práticas escolares e os contextos sociais e políticos nos quais se inserem. Ao interpretar os almanaques como fontes históricas, a pesquisa busca identificar as relações de poder, as disputas epistemológicas e os sentidos atribuídos à surdez e à educação, tomando os documentos como testemunhos das configurações institucionais e culturais do Brasil imperial.

Para fundamentar teoricamente a análise, será mobilizado o referencial de Roger Chartier (1999), especialmente no que diz respeito à leitura como prática social, à circulação de textos e à construção das formas de apropriação e recepção de recursos pedagógicos. Complementarmente, serão utilizados os aportes de Rocha (2013) e Souza (2008, 2013), que investigam a educação de surdos no Brasil.

A análise dos “Almanaks” foi realizada de forma comparativa entre as duas edições, observando a recorrência de temas, as transformações no discurso institucional e os elementos gráficos e paratextuais. Também serão considerados documentos oficiais, como decretos imperiais, relatórios do Instituto e textos pedagógicos da época que possam contextualizar a atuação de figuras como Tobias Rabelo Leite e Menezes Vieira. A triangulação entre diferentes tipos de fontes permitirá uma compreensão mais ampla das práticas pedagógicas e do papel dos

almanaques na construção da memória e identidade institucional da educação de surdos no Brasil.

No âmbito da história da educação, as contribuições de Rocha (2013) e Verônica Souza (2008, 2013) são essenciais para situar a análise no debate sobre a educação de surdos no Brasil, com atenção especial às influências de modelos europeus, como o Instituto Nacional de Surdos de Paris, e às adaptações realizadas pelo Imperial Instituto dos Surdos-Mudos no Brasil.

Dessa forma, a análise documental dos almanaques foi direcionada pela identificação de representações culturais, práticas educativas e relações de poder presentes nos textos, com o objetivo de compreender como essas narrativas dialogavam com os ideais de inclusão e normatização da época.

Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), situado no Rio de Janeiro, tem uma trajetória intimamente ligada à história da educação especial no Brasil, particularmente à educação de surdos. Sua origem remonta ao Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, fundado em 1857, no Rio de Janeiro. Iniciativa conduzida inicialmente por Ernest Huet, francês surdo que chegou ao Brasil em 1855 com o propósito de criar uma instituição dedicada à instrução de pessoas surdas (Ribeiro, 2022). A partir desse momento, o Instituto passou por diversas reformas e reestruturações, sendo dirigido, em diferentes períodos, por figuras como Manoel de Magalhães Couto e Tobias Rabelo Leite. Este último teve papel destacado não apenas por atuar como gestor da instituição durante vinte e oito anos, além da consolidação de um modelo educacional baseado no método intuitivo.

Tobias Leite assumiu a direção do Instituto dos Surdos-Mudos em 1868, em um momento de profunda crise institucional. A escola havia sido fundada pelo francês Ernest Huet em 1857, por ordem de D. Pedro II, com o objetivo de oferecer educação para surdos, porém, após um ano de funcionamento, enfrentava grandes dificuldades. Leite reorganizou a instituição, introduzindo um enfoque mais sistemático e acadêmico no ensino dos surdos. A partir de sua gestão, o instituto passou a receber maior reconhecimento, e foi responsável por promover a produção e a divulgação de materiais pedagógicos voltados para a educação de surdos (Souza; Santana, 2013).

Apesar dos esforços de Tobias Leite para aumentar o número de alunos matriculados no Instituto dos Surdos-Mudos, ele enfrentou resistência e desafios. Tobias lamentava o baixo número de alunos, que não ultrapassava 33 em algumas ocasiões, mesmo com a instituição tendo capacidade para educar até 100 alunos internos. Essa dificuldade se devia, em parte, ao estigma social associado à surdez e à percepção de que a educação de surdos não era uma prioridade. Desse modo, também foi responsável pela introdução do Museu Escolar no Instituto dos Surdos-Mudos, criado em 1880 com a aprovação do Decreto-Lei nº 890/1880. O museu continha objetos doados por D. Pedro II e era utilizado como um recurso pedagógico, dentro da abordagem do método intuitivo, que privilegiava o uso dos sentidos para o ensino. Essa metodologia era bastante avançada para a época e visava a facilitar o entendimento de conceitos através de materiais visuais e táteis.

Um aspecto importante da gestão de Tobias Leite foi o debate sobre a metodologia de ensino ideal para os surdos. Inicialmente, ele adotou a Língua de Sinais como principal meio de comunicação no instituto, considerando-a o melhor método para promover a aprendizagem dos alunos. Outro destaque do período foi o médico e educador Joaquim Menezes Vieira, que também atuou como professor de linguagem articulada no Instituto. Menezes Vieira defendia a formação de profissionais especializados – idealmente médicos com vocação pedagógica – para a condução do ensino de leitura labial e articulação da fala, dada a complexidade anatômica e fisiológica envolvida no processo (Souza; Santana, 2013).

No entanto, após os congressos internacionais do final do século XIX, que recomendaram o ensino da língua oral para surdos, o instituto passou a enfatizar o ensino da linguagem articulada. Essa transição gerou controvérsias e foi criticada por diversos educadores da época, incluindo Menezes Vieira, que discordava do enfoque dado à linguagem escrita no ensino dos surdos (Souza; Santana, 2013). A ênfase na oralidade e a tentativa de desenvolver a fala em alunos surdos marcaram um dos aspectos centrais da política educacional do período. Apesar das limitações e críticas, a retomada da cadeira de linguagem articulada nos anos finais do século XIX revela o esforço em alinhar a educação especial brasileira com as tendências pedagógicas europeias, sobretudo aquelas difundidas pelo Congresso de Milão (Ribeiro, 2022; Souza; Santana, 2013).

Diante das inovações e dos esforços de Tobias Leite, reconhecia que os resultados nem

sempre correspondiam às expectativas. Nesse sentido, admitiu que muitos surdos, após concluírem sua educação no instituto, ainda enfrentavam dificuldades em redigir textos ou manter conversas fora dos contextos mais simples. Mesmo assim, defendia a importância de continuar investindo na educação dessa população, acreditando que a instrução oferecida no instituto era essencial para integrá-los à sociedade. O legado de Tobias Rabelo Leite é significativo, não apenas reorganizou o Instituto dos Surdos-Mudos, como também deixou uma vasta contribuição bibliográfica e pedagógica, sendo um dos principais responsáveis por estabelecer as bases da educação de surdos no Brasil. Sua atuação influenciou diretamente a forma como essa educação foi vista e desenvolvida no país, em uma época em que havia pouca compreensão ou interesse por esse tipo de ensino.

De acordo com o Arquivo Nacional do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com o advento da República, o instituto sofreu novas transformações, sendo incorporado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores em 1891. Essas mudanças estruturais refletiam o contexto de transição do Brasil para um regime republicano e a reorganização das instituições de ensino. Durante o século XIX, o instituto continuou sua missão de educar surdos, sendo um dos principais polos de educação especializada no país.

Segundo Souza e Santana (2013), o método intuitivo aplicado no Instituto dos Surdos-Mudos refletia os ideais de modernidade e utilitarismo vigentes na época, especialmente no contexto da transição do Império para a República. Essa abordagem buscava tornar os alunos “úteis e laboriosos”, conforme relatórios oficiais da época, promovendo a profissionalização e a reintegração social de sujeitos historicamente marginalizados pela deficiência auditiva (Souza; Santana, 2013).

O Congresso de Milão e a Disseminação da Filosofia Oralista no Brasil

O Congresso de Milão, realizado em 1880, foi um evento fundamental para a história da educação de surdos, no qual a metodologia oralista foi oficializada como a abordagem ideal para a educação de pessoas surdas. Essa decisão teve consequências significativas, uma vez que priorizou a oralidade em detrimento da língua de sinais, gerando um forte impacto na comunidade surda ao longo do século XX (Vieira-Machado; Rodrigues; Olmo, 2023).

A partir desse congresso, muitos países começaram a implementar o oralismo em suas

escolas especializadas, o que levou à marginalização das línguas de sinais e dos métodos de educação bilíngue. Esse evento consolidou uma perspectiva que rejeitava o uso das línguas de sinais, promovendo o ensino exclusivo da fala e da leitura labial (Almeida; Silva; Teotônio, 2021). O impacto dessa decisão foi sentido em diversos países, incluindo o Brasil, onde o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, fundado em 1857, também adotou práticas oralistas após o congresso (Souza, 2008). A exclusão da língua de sinais reduziu significativamente o papel da comunicação visual no processo de ensino, causando um distanciamento entre a comunidade surda e a própria identidade linguística e cultural. (Almeida; Silva; Teotônio, 2021).

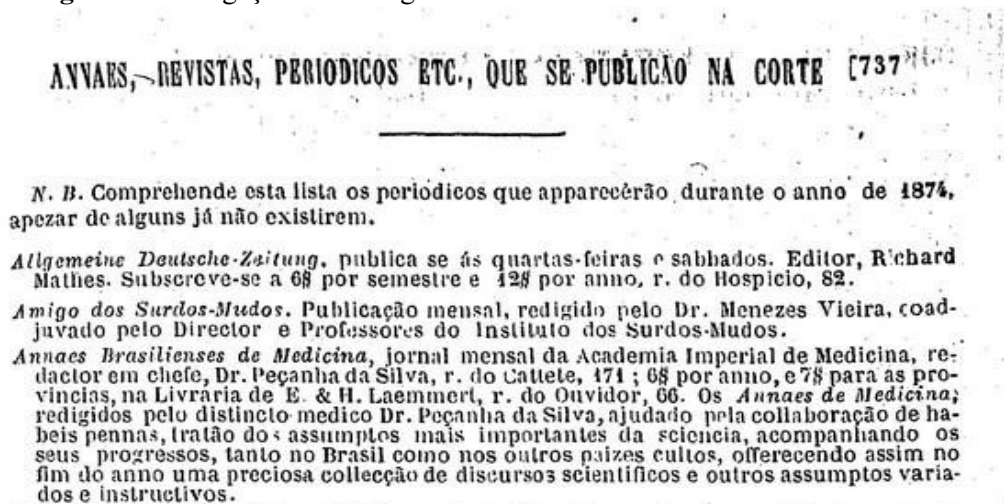
A transição para o oralismo no Brasil, foi acompanhada por publicações que promoviam a educação de surdos, como o “Almanak do Amigo dos Surdos Mudos”, publicado em 1888 e 1889. Embora o “Almanak” mantivesse uma abordagem informativa, ele destacava a importância da educação de surdos, mas já sob a égide das novas diretrizes oralistas. Durante o período de 1888-1889, o oralismo na educação de surdos continuou a ganhar força, tanto na Europa quanto no Brasil, impulsionado pelas decisões do Congresso de Milão e pelas políticas adotadas pelas principais instituições educacionais (Vieira-Machado; Rodrigues; Olmo, 2023).

No Brasil, o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos foi uma das primeiras instituições a implementar essa metodologia de forma sistemática. A partir de então, a língua de sinais foi progressivamente excluída dos currículos escolares, enquanto o ensino da fala e da leitura labial passou a ser visto como a única via legítima para a educação dos surdos.

Antes das publicações oficiais dos “Almanaks do Amigo dos Surdos Mudos” em 1888 e 1889, já se observavam iniciativas do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos voltadas à organização e sistematização de práticas pedagógicas, produção de materiais e divulgação institucional. Em 1875, surge a primeira referência à publicação *Amigos dos Surdos-Mudos* no Almanak Laemmert⁴, atribuída ao Dr. Menezes Vieira, Dr. Tobias Leite e demais professores. Nos anos subsequentes – entre 1876 e 1889 – a obra continuou a ser mencionada, com exceção dos anos de 1877, 1878 e 1888, quando não há registros de sua presença no catálogo. A imagem abaixo ilustra o primeiro registro em 1875:

⁴ O “Almanak” Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte, organizado pelos irmãos Henrique e Eduardo Laemmert, teve sua primeira edição lançada em 1843, permanecendo em circulação por aproximadamente 45 anos, abrangendo praticamente todo o Segundo Reinado.

Figura 1: Divulgação do “Amigo dos Surdos Mudos” no Almanak Laemmert



Fonte: Center for Research Libraries

Disponível em: <https://digitalcollections.crl.edu/record/1353?ln=en&v=uv#?xywh=-897%2C86%2C4115%2C2579&cv=944>

A ideia da publicação de um almanaque vinha sendo construída ao longo dos anos, especialmente no contexto da gestão de Tobias Rabelo Leite, que atuava desde 1868 na direção do Instituto e demonstrava grande preocupação com a divulgação do trabalho realizado junto à população surda. Essas iniciativas anteriores podem ser compreendidas como parte de um processo de legitimação e visibilidade da instituição, num contexto de busca por apoio político, reconhecimento público e captação de recursos.

A publicação de documentos como o “Almanak do Amigo dos Surdos Mudos” nos anos de 1888 e 1889, reflete esse contexto de mudança. O Almanak tinha a intenção de auxiliar no desenvolvimento pedagógico dos surdos, ele também propagava as ideias oralistas, que enfatizavam a importância da fala como forma de integração social. Nos artigos e orientações do Almanak, notava-se um discurso alinhado com o ideário oralista europeu, que defendia a superioridade do oralismo sobre os métodos visuais, como a língua de sinais (Souza, 2008).

No entanto, os resultados dessa prática foram amplamente questionados. Ao impor o oralismo, muitas escolas ignoraram as necessidades individuais dos alunos surdos, desconsiderando as barreiras cognitivas e emocionais que surgiam a partir da dificuldade em adquirir a fala (Almeida; Silva; Teotônio, 2021). Esse fracasso era ainda mais pronunciado em crianças que haviam sido privadas de um ambiente bilíngue nos primeiros anos de vida, dificultando a sua alfabetização e o desenvolvimento de suas habilidades acadêmicas. Nesse

período, o oralismo, apesar de amplamente disseminado, teve como resultado o aumento da exclusão dos surdos nas escolas e na sociedade.

O uso da língua de sinais, que poderia proporcionar uma comunicação mais eficiente e um maior senso de pertencimento, foi relegado ao espaço doméstico ou clandestino, o que impactou diretamente a autoestima e o desempenho acadêmico dos alunos surdos. (Vieira Machado, Rodrigues; Olmo, 2023). Assim, a adoção do oralismo de forma rígida, sem considerar as especificidades da comunidade surda, revelou-se um retrocesso para a educação inclusiva, cujas consequências seriam sentidas por décadas. Os resultados dessa prática foram, em muitos casos, desastrosos para o desenvolvimento educacional da comunidade surda. A imposição do oralismo levou a um declínio na proficiência acadêmica e na integração social dos surdos, uma vez que muitos alunos tinham dificuldade em adquirir a fala, mas eram proibidos de usar a língua de sinais. Isso gerou um quadro de fracasso escolar e exclusão, com as escolas especializadas enfrentando altos índices de evasão e desmotivação dos estudantes surdos (Almeida; Silva; Teotônio, 2021).

O Almanak do Amigo dos Surdos Mudos (1888)

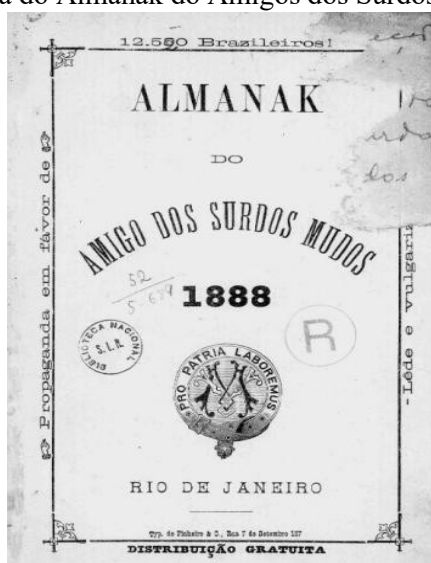
Em 1888, o então Instituto Nacional de Surdos-Mudos criou o “Almanak do Amigo dos Surdos Mudos”, publicado em 33 páginas destinada ao público surdo e ouvinte, com distribuição gratuita. Na capa da primeira edição do periódico, destacava-se a frase: “*Propaganda em favor de 12.550 Brasileiros! Lêde e vulgarizae*”. Essa expressão fazia referência ao número estimado de surdos no Brasil à época, seguida dos termos “lêde” (ler) e “vulgarizae” (vulgarizar), os quais reforçavam o apelo pela disseminação do conteúdo e pela promoção do ensino gratuito, em defesa da educação para a população surda.

A Typographia de Pinheiro & C., localizada no Rio de Janeiro, foi a responsável pela impressão dos “Almanaks do Amigo dos Surdos Mudos” em 1888 e 1889 (Almanak, 1888). A periodicidade anual dessas publicações permitia que a sociedade fosse informada regularmente sobre as atividades e os resultados do instituto, justificando a continuidade do apoio institucional.

No final do século XIX, o Brasil passou por um processo de transformação política e social, e a educação tornou-se um dos pilares centrais desse período de transição. A

Proclamação da República, em 1889, trouxe novos ideais republicanos, como a valorização da cidadania e da moralidade cívica, refletidos em diversos impressos de cunho pedagógico. Esses materiais, como almanaques, manuais e revistas pedagógicas, foram essenciais para disseminar o conhecimento e apoiar a implementação de reformas educacionais que buscavam a modernização do ensino no Brasil (Sofiato, 2018).

Figura 2: Capa do Almanak do Amigos dos Surdos Mudos (1888)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706400/per706400_1888_00001.pdf

Apresentava dados estatísticos sobre os surdos existentes no país (por províncias, grupos regionais entre homens, mulheres, cidadãos livres e escravos), textos e matérias sobre educação de surdos, informações e documentos da instituição, surdos-mudos célebres nas artes, bibliografia referente à educação de surdos, homenagens a figuras públicas e gravuras.

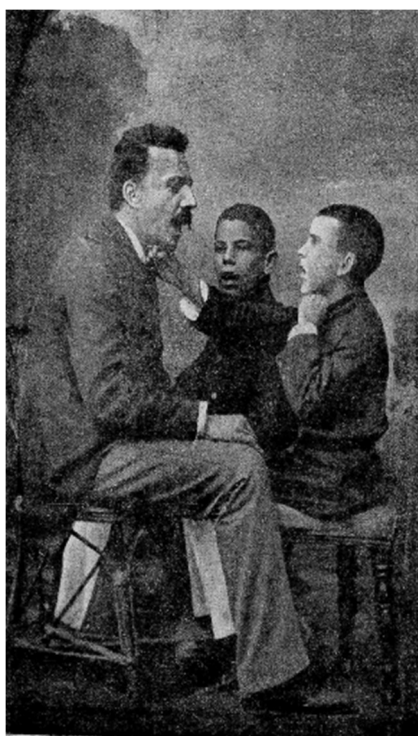
Em sua primeira edição, destacou o abade Charles-Michel de l'Épée (1712-1789), fundador da primeira escola para os surdos e mudos, na França em 1755, uma referência para o ensino de surdos e mudos, traduzindo uma de suas citações: “Ensinar o surdo-mudo a exprimir-se de viva voz e a ler a palavra sobre os lábios – é o único meio de restituí-lo à sociedade. L'Abbé de l'Épée” (Almanak, 1888, p.5).

Com o mesmo destaque, apresentou uma breve biografia do gestor Dr. Tobias Leite, com ênfase nas obras publicadas gratuitamente: *As lições de Valade Gabel*, *Cathecismo do abbade Lambert*, *Notícia do Instituto e Contos Moraes de Valade Gabel*.

Na seção “Alguns Artigos”, foram abordados pontos importantes do Regulamento e do Regimento Interno do Instituto, como as responsabilidades da instituição no campo educacional, o valor correspondente ao custo por aluno interno, o incentivo concedido pelo governo para custear até 30 alunos pensionistas gratuitos, além das faixas etárias permitidas para ingresso e permanência no Instituto. Também foram mencionadas as disciplinas que compõem o currículo obrigatório e as sanções aplicáveis aos estudantes que não respeitarem as normas de conduta estabelecidas.

O “Almanak do Amigo dos Surdos Mudos” de 1888 ofereceu um panorama significativo das práticas pedagógicas adotadas pelo Imperial Instituto de Surdos-Mudos, evidenciando principalmente a ênfase na chamada “desmutização”. Este termo refere-se ao processo de ensinar a fala aos surdos-mudos, sendo compreendido como uma prática essencial para sua integração na sociedade. A desmutização visava “desmutar” o indivíduo surdo, isto é, capacitá-lo para a emissão de sons, desenvolvimento da articulação de palavras e, finalmente, à comunicação oral.

Figura 3: Imagem que representa o ensino da fala



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706400/per706400_1888_00001.pdf

O documento destaca que esse processo não deveria ocorrer de forma forçada ou traumática, mas sim por meio de métodos cuidadosos e graduais, pautados em exercícios vocais sistemáticos. Iniciava-se com a emissão de sons simples, passando progressivamente à formação de palavras. Essa abordagem metodológica era cuidadosamente aplicada por professores treinados, de modo a evitar práticas consideradas violentas, que haviam sido criticadas em métodos anteriores, utilizados em outras instituições ou países. O objetivo central dessa prática era proporcionar aos surdos-mudos a possibilidade de uma vida com mais autonomia, facilitando sua inserção social e profissional.

A oralização era vista como meio de equipará-los à população ouvinte, conferindo-lhes o acesso à comunicação direta com a sociedade de maneira mais ampla. Para os idealizadores do método, comunicar-se pela fala representava não apenas uma conquista linguística, mas também um passo importante para a cidadania plena dos alunos. No mesmo “Almanak” de 1888, há uma defesa enfática da adoção oficial do método oral pelo governo imperial.

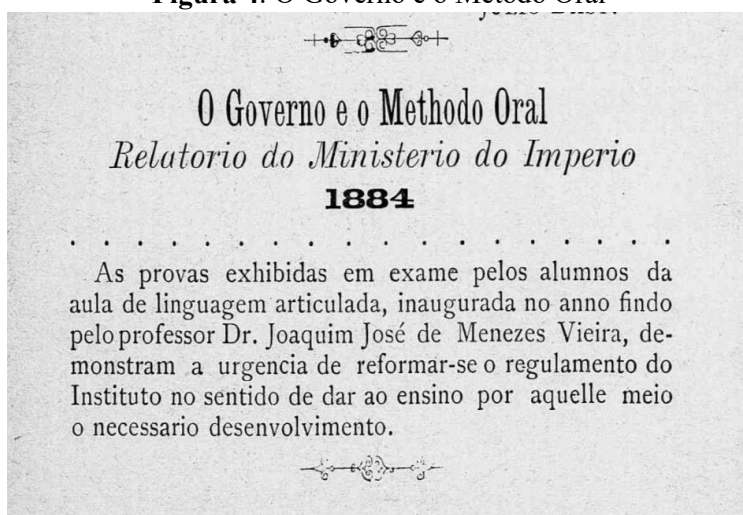
O documento reconhece a importância do apoio institucional e legislativo para consolidar a eficácia do método oral no ensino dos surdos. A adoção desse modelo pelo governo brasileiro era interpretada como um marco de reconhecimento do valor dessa abordagem, bem como um incentivo à sua disseminação em todo o território nacional. Reformas no Instituto dos Surdos-Mudos, voltadas à implementação do método oral, são apontadas como urgentes e imprescindíveis. Também é possível observar a preocupação com a organização pedagógica, especialmente no que diz respeito à separação de alunos por métodos de ensino.

Os autores do “Almanak” defendem que alunos que utilizam o método oral sejam separados daqueles que utilizam o método escrito ou de sinais, uma vez que a convivência entre essas abordagens distintas poderia comprometer o foco e o rendimento dos estudantes em processo de oralização. Essa separação visava criar um ambiente mais adequado e eficiente para os objetivos específicos de cada grupo. Contudo, o texto também revela os desafios enfrentados na implementação do método oral. Entre os obstáculos estão a resistência de parte dos educadores, a carência de professores especializados e a necessidade de investimentos em infraestrutura e materiais didáticos. Ainda assim, o método oral é exaltado como um instrumento essencial para a reintegração social dos surdos-mudos e, por isso, defendido com vigor.

Na edição de 1888, a seção intitulada *Alguns documentos para a história do Methodo oral no Brazil*, assinada por Julio Dast⁵, reuniu uma série de notícias publicadas entre 1882 e 1886 na imprensa nacional: o *Jornal do Commercio*, *Gazetilha*, *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, *Paiz* e *Revista Illustrada*. Esses registros destacavam os resultados expressivos alcançados pelo professor Dr. Menezes Vieira com seu método de ensino, evidenciando o reconhecimento público e o impacto positivo da abordagem oral na educação brasileira da época.

Divulgou-se o Relatório do Ministério do Império de 1884, com ênfase na percepção do Dr. Menezes Vieira de separar as turmas de ensino da linguagem articulada das turmas de ensino da linguagem escrita, manifestando seu desejo de modificar o regimento do Instituto.

Figura 4: O Governo e o Método Oral



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706400/per706400_1888_00001.pdf

Na seção dedicada à Bibliografia referente ao período de 1885 a 1887, é registrada a doação feita pelo Dr. Menezes Vieira ao Instituto de sua obra intitulada *Ensino prático da língua materna aos surdos-mudos*. Além disso, é mencionada a divulgação internacional do trabalho na publicação francesa *Revista Internacional de Educação de Surdos e Mudos* (1887), e artigo assinado por Marius Dupont, intitulado *Carta do Sr.M.M. Dupont*, professor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris. No Brasil, foi destaque na *Revista Illustrada*.

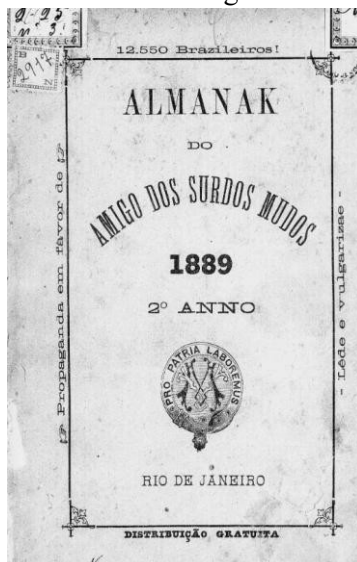
⁵ Jornalista da *Revista Illustrada*, conforme Pereira (2016); Balaban (2022); Cavalcanti (2023).

Nas páginas finais do *Almanak*, apresenta-se a rotina diária dos alunos do Instituto, com a descrição dos horários e das atividades realizadas ao longo do dia. Além disso, inclui-se a prestação de contas, com informações detalhadas sobre os gastos relacionados às oficinas de encadernação e sapataria, bem como o montante das dívidas existentes.

O Almanak do Amigo dos Surdos Mudos (1889)

No “Almanak” de 1889, elaborado em 20 páginas, nota-se uma continuidade na valorização do progresso institucional, com destaque para eventos significativos como a cerimônia de distribuição de prêmios aos alunos, realizada em 28 de novembro de 1888 e publicada no *Jornal do Commercio*. Essa cerimônia contou com a ilustre presença do Imperador Dom Pedro II, o que conferiu grande prestígio à ocasião. Durante o evento, os alunos foram avaliados em diversas disciplinas e os que se destacaram receberam medalhas e prêmios em dinheiro, simbolizando o reconhecimento público do empenho e desenvolvimento dos estudantes.

Figura 5: Capa do Almanak do Amigos dos Surdos Mudos (1889)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706400/per706400_1889_00002.pdf

Além da cerimônia, o “Almanak” de 1889 traz um relatório abrangente sobre a situação do Instituto dos Surdos-Mudos. Nele, são apresentados dados sobre o número de alunos matriculados (1873 a 1888) e discutidas diversas dificuldades enfrentadas pela instituição,

especialmente no que se refere à ampliação do ensino e à precariedade da infraestrutura. O texto destaca a importância de reformas para garantir não apenas a continuidade, mas também a expansão e qualificação do atendimento aos surdos-mudos no Brasil.

Há uma reflexão crítica sobre as barreiras para alcançar um número maior de surdos-mudos em território nacional, evidenciando que, mesmo diante dos esforços do Instituto, muitos ainda estavam excluídos do acesso à educação especializada. Por isso, o “Almanak” sugere a adoção de novas estratégias de divulgação do trabalho do Instituto, bem como ações que favoreçam sua maior aceitação social. A proposta é que o Instituto se torne mais conhecido e valorizado, o que contribuiria para atingir um número mais amplo da população surda, especialmente em regiões afastadas da Corte. Outro aspecto valorizado no “Almanak” de 1889 é o papel das oficinas profissionais, como as de encadernação e sapataria. Estas não apenas proporcionavam formação técnica aos alunos, mas também geravam rendimentos que eram reinvestidos na própria instituição.

A formação profissional era considerada parte integrante da proposta educativa, com o objetivo de preparar os surdos-mudos para o mercado de trabalho, promovendo sua autonomia financeira e reconhecimento social. Além disso, o “Almanak” descreve com riqueza de detalhes os eventos importantes que ocorreram no Instituto ao longo do ano, incluindo a visita do imperador e outras figuras públicas. Esses eventos reforçavam a importância do apoio político e institucional à causa da educação dos surdos. Há, por exemplo, relatos curiosos e ilustrativos como a extração de mel de abelhas no espaço escolar e a exibição dos trabalhos produzidos pelos próprios alunos, revelando o dinamismo da vida no Instituto e sua inserção ativa na sociedade da época.

Na edição de 1889, a seção intitulada *Documentos para a história do Methodo oral no Brazil* trouxe os registros do livro de notas da aula de Linguagem Articulada referentes ao ano de 1888. Nessa documentação, foram apresentados dados sobre o número de alunos matriculados nas aulas de linguagem articulada, além de casos de readmissão de estudantes e a dispensa de um repetidor. Também foram reveladas as correspondências entre o Dr. Menezes Vieira e o diretor do Instituto, Tobias Leite, evidenciando o diálogo institucional sobre aspectos pedagógicos e administrativos.

Na seção *A imprensa da Corte*, foram reunidas publicações dos jornais *A Gazeta de*

Notícias e O Paiz que destacavam diversos acontecimentos relacionados ao Instituto. Entre os temas abordados estavam os eventos que contaram com a presença do imperador, as premiações concedidas aos alunos e os relatos sobre os resultados positivos obtidos com as práticas de linguagem escrita e articulada adotadas na instituição.

Por fim, o “Almanak” de 1889 conclui com uma avaliação do progresso obtido pela instituição, reconhecendo os avanços, mas também apontando a necessidade de reformas contínuas. A publicação reforça que o sucesso do Instituto e, por consequência, da educação dos surdos-mudos no Brasil, depende de uma reforma efetiva e do engajamento tanto do governo quanto da sociedade. A inclusão dos surdos é entendida como um dever coletivo, e a escola especializada emerge como um espaço privilegiado de transformação social e cidadã.

A análise dos “Almanaks do Amigo dos Surdos Mudos” de 1888 e 1889, à luz da História Cultural, permite compreender como os discursos e práticas pedagógicas voltadas à educação dos surdos foram construídos, legitimados e difundidos no Brasil imperial. Esses documentos funcionam não apenas como registros institucionais, mas também como ferramentas de propagação de uma determinada visão sobre a surdez, o ensino e a função social do surdo na sociedade oitocentista. Esses registros refletem tanto os ideais quanto as tensões e fronteiras de um projeto educativo que almejava a educação, mas que, simultaneamente, impunha normas e práticas disciplinares aos corpos surdos, alinhando-se a padrões fonocêntricos e estabelecendo um diálogo direto com o modelo médico da deficiência.

A proposta de desmutização apresentada nos “Almanaks” evidencia a centralidade do método oral no Instituto Imperial dos Surdos-Mudos e sua legitimação pelo governo imperial. O ato de “ensinar a falar” não era apenas uma técnica pedagógica, mas uma prática social impregnada de valores que associavam a fala à civilização, à racionalidade e à integração social. Os exercícios vocais descritos, iniciados com sons simples e evoluindo para a articulação de palavras, indicam um esforço meticuloso em adaptar os corpos surdos a um modelo de comunicação considerado superior.

A língua de sinais, por outro lado, aparece marginalizada ou mesmo ausente desses relatos, o que nos permite inferir um projeto educacional que buscava moldar o surdo a um ideal normativo de normalidade, anulando as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda. As práticas pedagógicas se articulam a um contexto mais amplo de reformas

e investimentos na instituição. A presença do Imperador em eventos escolares, a premiação de alunos destacados, as oficinas de encadernação e sapataria; e os relatos de visitas ilustres revelam o desejo de apresentar o Instituto como um espaço de civilização e progresso.

A educação dos surdos, nesse cenário, era compreendida como um instrumento de reabilitação e pela moralização. Ao formar surdos úteis à sociedade, dotados de habilidades práticas e da capacidade de se comunicar oralmente, a escola afirmava sua relevância no projeto de construção de uma nação moderna e civilizada. Contudo, os próprios documentos também revelam as dificuldades enfrentadas: número reduzido de alunos, carência de recursos, necessidade de reformas físicas e pedagógicas, e resistência de parte dos profissionais à implementação do método oral. Esses fatores evidenciam os limites estruturais e ideológicos de uma proposta que, embora ambiciosa, não conseguia atender à totalidade da população surda brasileira, perpetuando a exclusão de muitos sujeitos que viviam à margem do sistema educacional.

A partir de uma leitura histórica e cultural, é possível perceber que os “Almanaks do Amigo dos Surdos-Mudos” não apenas informam sobre um período específico da história da educação especial no Brasil, mas também constroem representações sobre a surdez, a deficiência e a normalidade. Conforme destaca Roger Chartier (1999), os textos são “instrumentos de construção de sentidos” e, como tais, devem ser analisados em suas condições de produção, circulação e recepção. Eles não são espelhos da realidade, mas produtores de realidades possíveis, operando sobre as práticas sociais e os modos de pensar dos sujeitos.

A história cultural, portanto, permite desnaturalizar esses discursos e compreender como se consolidaram visões hegemônicas sobre a educação de surdos, muitas vezes em detrimento da diversidade e da pluralidade de formas de ser e comunicar-se. Dessa forma, o estudo dos “Almanaks” contribui não apenas para resgatar a memória institucional do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), mas também para refletir criticamente sobre as continuidades e rupturas nas práticas educativas voltadas às pessoas surdas.

Conclusões

Este artigo teve como propósito investigar, sob a ótica da História Cultural, os discursos, práticas pedagógicas e estratégias institucionais voltadas à educação de surdos no Brasil

imperial, com foco nos “Almanaks do Amigo dos Surdos Mudos”, publicados nos anos de 1888 e 1889. Estes documentos, produzidos pelo Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, foram analisados como artefatos históricos e simbólicos que expressam não apenas uma determinada concepção de surdez e de sujeito educável, mas também os projetos de modernização educacional e os mecanismos de controle e normatização social vigentes à época.

A análise empreendida permitiu reconhecer os “Almanaks” como instrumentos multifuncionais, cuja função extrapolava o caráter meramente informativo. Eram publicações que conjugavam pedagogia, propaganda institucional, prestação de contas e mobilização política em favor da educação de surdos. Ao mesmo tempo, revelam as tensões entre oralismo e o gestualismo, os desafios na implementação do método oral como política educacional oficial e as disputas em torno da legitimidade de determinados saberes e práticas.

A presença do método oralista como eixo estruturante das práticas pedagógicas defendidas nos “Almanaks” evidencia o impacto das orientações internacionais, especialmente aquelas oriundas do Congresso de Milão (1880), na conformação de uma pedagogia voltada à normalização da diferença. A fala era vista como o principal marcador de civilização e integração, em detrimento da língua de sinais, que foi marginalizada no discurso oficial. Essa opção metodológica, como se observou, refletia uma lógica de adaptação do surdo aos moldes da sociedade ouvinte, muitas vezes desconsiderando suas singularidades linguísticas e culturais.

Por fim, espera-se que este trabalho inspire novas investigações sobre a história da educação de surdos e, mais amplamente, sobre os dispositivos culturais que moldaram a constituição da educação especial no Brasil.

Referências

ALMEIDA, Rodrigo Brito de; SILVA, Elenira Pereira da; TEOTÔNIO, Leoric Fernandes. **As abordagens educacionais:** consequências da metodologia fônica na educação de surdos. *ID on line: Revista de Psicologia*, [S. l.], v. 15, n. 57, p. 203–214, 2021. DOI: 10.14295/online.v15i57.3190. Disponível em: <https://online.emnuvens.com.br/id/article/view/3190> . Acesso em: 6 nov. 2025.

BALABAN, Marcelo. **Ridícula incoerência?:** raça e escravidão na imprensa ilustrada da corte-1884-1886. *Revista Brasileira de História*, v. 42, n. 90, p. 357–382, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/pxftZL4pmr9Qv4zGCr3ZN4g/?lang=pt> . Acesso em: 6 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 23, de 30 de outubro de 1891.** Reorganiza a estrutura administrativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-23-30-outubro-1891-507888-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 6 nov. 2025.

CAVALCANTI, Ana Maria Tavares et al. **Firmino Monteiro e a Academia Imperial de Belas Artes:** nem tudo é preto e branco. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História da Arte) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/21091> . Acesso em: 6 nov. 2025.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro:** do leitor ao navegador. 2. reimp. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial; Editora da UNESP, 1999.

DA ROCHA, Solange Maria. **Almanak do Amigo dos Surdos Mudos.** *Revista Espaço*, p. 100–101, 2013. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1399> . Acesso em: 6 nov. 2025.

DA ROCHA, Solange Maria. **Visitando o Acervo do INES.** *Revista Espaço*, n. 43, 2015. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180424165431id_/http://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/viewFile/20/32 . Acesso em: 6 nov. 2025.

DA ROCHA, Solange Maria. **Instituto Nacional de Educação de Surdos: uma iconografia dos seus 160 anos.** Rio de Janeiro: INES, 2018.

LAEMMERT, E. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte Província do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1843–1889. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=3563> . Acesso em: 6 nov. 2025.

NEIA, Priscila Freire Bondarenco. **Da realização do Congresso de Milão à publicação do Almanak dos Amigos dos Surdos (1880 a 1888).** Dissertação de Mestrado de Educação, Universidade de Maringá, 2017. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_506b207e014ffb3d539bdf575b55cba5

PEREIRA, Amanda Reis Tavares. Com quantas narrativas se faz uma nação? Fernando Correia Dias e a apropriação da tradição indígena. **Outros objetos do olhar:** história e arte, p. 54, 2016.

RIBEIRO, Adalberto. **O Instituto Nacional de Surdos Mudos.** *Revista do Serviço Público*, v. 4, n. 2, p. 52–76, 1942. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/8997> . Acesso em: 6 nov. 2025.

SOFIATO, Cássia Geciauskas. **A educação de surdos no século XIX:** currículo prescrito e

modelo de educação. *Cadernos de Pesquisa*, v. 25, n. 2, p. 207–224, 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003094146> . Acesso em: 6 nov. 2025.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **A educação dos surdos no século XIX**. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/2193> . Acesso em: 6 nov. 2025.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano; DE SANTANA, Josineide Siqueira. **Encontros pedagógicos: Joaquim Menezes Vieira e Tobias Rabelo Leite (1875–1890)**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 1, n. 43, p. 201–214, 2013.

VIEIRA, Joaquim José Menezes. **Noções de grammatica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia do Collegio Menezes Vieira, 1881.

VIEIRA, Joaquim José Menezes. **Ensino prático da língua materna: segundo o plano da obra “Méthode d’enseignement aux sourds-muets” par les frères de St. Gabriel**. Rio de Janeiro: Pinheiros & Cia, 1885.

VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa; RODRIGUES, José Raimundo. **Olhar novamente para o Congresso Internacional de Educação para Surdos em Milão (1880): um desafio historiográfico**. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 22, p. e202, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/k8sQykZnrVFXvtZPfsWk3Dy/?format=html&lang=pt> . Acesso em: 6 nov. 2025.

VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa; RODRIGUES, José Raimundo; OLMO, Katiúscia Gomes Barbosa. **Revisitar o Congresso de Milão (1880) e colocar (dez/des) verdades em suspenso**. *Revista Espaço*, n. 58, p. 62–77, 2023. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1748/1680> . Acesso em: 6 nov. 2025.

Submissão em: 20/07/2025

Aceito em: 13/10/2025

Citações e referências
conforme normas da:

